



# E agora Petrobrás?

O gerente da BW Offshore, responsável pela FPSO Cidade de São Mateus, onde em fevereiro deste ano uma explosão matou nove trabalhadores, feriu 26 e deixou outros 39 traumatizados, foi indiciado pela Polícia Federal por homicídio doloso e lesão corporal grave, que podem lhe render até 20 anos de prisão. A decisão é resultado da investigação do acidente, que constatou que o gerente sabia da possibilidade de explosão na plataforma e, mesmo assim, permitiu a continuidade da operação, sem que nada fosse feito para garantir a segurança dos trabalhadores. O inquérito foi enviado ao Ministério Público Federal na quinta-feira (17), para que o órgão se posicione se vai ou não oferecer a denúncia.

Segundo a Polícia Federal, um detector portátil, encontrado na roupa de uma das vítimas, alertou sobre o grau de explosividade da casa de bombas da FPSO, onde ocorreu o vazamento de gás. A investigação revelou que, próximo ao momento do acidente, o detector já havia sinalizado 100% do limite máximo de risco, o que foi registrado por rádio e chegou ao conhecimento do gerente da plataforma que, mesmo assim, continuou enviando trabalhadores para o local da explosão.



Na quinta-feira (17), a ANP divulgou o seu relatório sobre o acidente e responsabilizou também a Petrobrás pelas mortes no navio plataforma. A estatal, apesar de ser a contratante da BW e operadora do campo onde a empresa prestava serviços, descumpriu 28 itens do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional. O relatório da ANP revelou que "decisões gerenciais tomadas pela Petrobrás e BW Offshore, ao longo do ciclo de vida do FPSO Cidade de São Mateus, introduziram riscos (...) que criaram

as condições necessárias para a ocorrência deste acidente maior", como destaca a página 13 do documento.

A investigação constatou ainda que a principal causa da explosão foi a estocagem inadequada de condensado, que não estava prevista no contrato assinado entre a Petrobrás e a BW. Entre outras falhas de gestão apontadas pela ANP como causas do acidente estão degradação do sistema de cargas, equipes de trabalhadores despreparadas, operações equivocadas, equipamentos

impróprios, exposição dos trabalhadores ao risco, além da adoção de materiais inadequados em uma atmosfera explosiva. Tudo isso sob as barbas da Petrobrás, que permitiu que a FPSO se transformasse em uma bomba relógio, com 74 trabalhadores a bordo. Até quando os gestores da empresa continuarão impunes, enquanto crimes como o da FPSO continuam ocorrendo sem que nada seja feito?

**Leia na página 02 mais detalhes sobre o Relatório da ANP**

## ● Mortes anunciadas II

# ANP responsabiliza gestão da Petrobrás por acidente que matou 09 trabalhadores no ES

Ao longo das 288 páginas do relatório da ANP, fica explícito que o que aconteceu na FPSO Cidade de São Mateus foi praticamente um assassinato. Há anos, pelo menos 28 itens do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional vinham sendo descumpridos, com a conivência dos gestores da Petrobrás.

A investigação feita pela ANP apontou que “a falta de requisitos mínimos de gestão de riscos, tal qual apresentada neste relatório, causou o acidente do FPSO”. Na conclusão do relatório, a Agência é categórica: “não estabelecer métodos para a identificação de falhas latentes do sistema de gerenciamento de segurança e

FOTO: O Globo



nem estabelecer suas respectivas ações de melhoria contínua consistem em mera passividade da gestão que, portanto, aguarda a ocorrência de acidentes e opera em desacordo com a legislação vigente no país”.

No relatório, a ANP destaca que as nove mortes ocorridas na FPSO poderiam ter sido evitadas, pois “os cenários identificados nos estudos de risco eram efetivamente reais e a implementação de salvaguardas e reco-

mendações de análises de risco teriam sido úteis para atingir o objetivo de controlar os riscos operacionais”.

Para evitar que acidentes semelhantes voltem a ocorrer no país, a Agência elencou 60 recomendações para toda indústria de petróleo e gás offshore, cuja implementação é mandatória. “Ficou demonstrado que a postura burocrática de identificação e registro de riscos sem a adoção dos requisitos de um sistema de gerenciamento de segurança operacional não se ajusta às demandas da cultura de segurança para as operações em águas jurisdicionais brasileiras”, apontou o relatório.

## Conselheiro eleito exige que a estatal corrija o seu relatório

Apesar de vários depoimentos de funcionários da BW terem evidenciado a responsabilidade dos gestores no acidente, a Petrobrás ignorou e ainda desqualificou os alertas feitos pelos trabalhadores. O relatório da estatal, divulgado em maio, além de isentar a BW, chegou até mesmo a elogiar a política de segurança da empresa, insinuando que a culpa do acidente foi dos trabalhadores mortos.

O conselheiro eleito, Deyvid Bacelar, que coordena o Comitê de SMS do CA da Petrobrás, denunciou a manipulação do relatório e exigiu que seja corrigido. Sua atuação firme no Comitê tem apontado para os acionistas e diretores da empresa a irresponsabilidade dos gestores com a segurança dos trabalhadores e a urgência de mudanças estruturais na política de SMS.



## Quem manda na Petrobrás?

A revista Brasil Energia publicou em sua edição de dezembro uma nota preocupante, que coloca em xeque o comando da Petrobrás. Segundo a revista, a diretora do E&P, Solange Guedes, vem agindo à revelia do governo e do próprio presidente da empresa, Aldemir Bendine, tomando decisões que se contrapõem às estratégias traçadas pelo controlador da estatal.

A executiva, segundo a



### No comando

A diretora de E&P da Petrobrás, Solange Guedes, vem demonstrando força e pulso firme na condução das negociações da Sete Brasil e da estratégia de participação na 13ª rodada. A decisão de não participar da licitação foi tomada pela executiva, sem que o governo fosse informado ou consultado sobre a questão e sem nenhum gerenciamento do presidente da petroleira, Aldemir Bendine. No processo da Sete Brasil, Solange não reconheceu benefícios acertados por Bendine e vem endurecendo sua posição.

nota da revista decidiu por conta própria que a Petrobrás não participaria da 13ª Rodada da

ANP, “sem que o governo fosse informado ou consultado sobre a questão e sem nenhum ge-

renciamento do presidente da petroleira”. Ainda conforme a notícia, nas negociações com a Sete Brasil, “Solange não reconheceu benefícios acertados por Bendine e vem endurecendo sua posição”.

Se for verdade o que diz a revista Brasil Energia, é muito grave o que está acontecendo na gestão da Petrobrás. Quem dá sustentação à diretora de E&P para passar por cima do próprio presidente da empresa? Quem de fato comanda a Petrobrás?

## ● Greve de novembro

# Principal conquista da greve, GT da Pauta pelo Brasil é implantado

FOTO: Heron Barroso/L

Desde o final de junho, a FUP e seus sindicatos vinham tentando discutir com a Petrobrás propostas para enfrentar a crise, sem que a empresa abra mão de ativos estratégicos e investimentos estruturantes para o país. Foi preciso uma greve ideológica para que a companhia reconhecesse a Pauta pelo Brasil. Pela primeira vez na história do país, os trabalhadores disputarão os rumos da maior empresa nacional. O Grupo de Trabalho paritário conquistado na greve foi instalado na quinta-feira, 17, e terá prazo de 60 dias para conclusão.

Cinco representantes da FUP integram o GT: José Maria Rangel, João Antônio de Moraes, Leonardo Urpia, Fernando Maia e Aldemir Caetano, que terão a assessoria do Dieese. Pela Petrobrás, estão José Alberto Bucheb (Universida-



de Petrobrás), Renata Nascimento Szczerbacki (Estudos de Mercado e Negócios), Éric Cabral (Desempenho Empresarial), Maurício Lopes Ferreira (Recursos Humanos) e Edival Dan (Conteúdo Local).

As reuniões serão semanais, a princípio, sempre às quintas-feiras, de manhã e de tarde. A próxima ocorrerá no dia 07 de janeiro, quando serão discutidos os impactos da redução dos investimentos da

Petrobrás na economia brasileira, com destaque para a geração de empregos. Para contribuir com o debate, serão convidados o professor Marcelo Colomer, do Grupo de Economia da Energia/UFRJ e o coordenador do estudo elaborado pelo Ministério da Fazenda, que trata deste mesmo assunto.

Através do GT, os trabalhadores terão a oportunidade de influenciar na construção do PNG.

As propostas elencadas na Pauta pelo Brasil para garantir a retomada dos investimentos, a geração de empregos e o resgate do papel desenvolvimentista da Petrobrás serão o eixo dos debates. 2016-2020. Ao final dos trabalhos, será gerado um relatório que será encaminhado ao Conselho de Administração da Petrobrás, ao governo e disponibilizado para a sociedade brasileira.

## Após ações da FUP junto ao MPT, Petrobrás afirma que não haverá retaliações aos grevistas. Será?

Em audiência de mediação, no último dia 14, na sede do Ministério Público do Trabalho, em Brasília, a Petrobrás assumiu o compromisso de não retaliar os trabalhadores que participaram da greve de novembro. A audiência foi convocada pelo MPT, após diversas denúncias da FUP e de seus sindicatos sobre as ações antissindcais da empresa antes, durante e após o movimento grevista.

Apesar do compromisso assumido diante dos representantes sindicais, do coordenador nacional de Promoção da Liberdade Sindical, João Carlos Teixeira, e do procurador geral do Trabalho, Ronaldo



Fleury, a Petrobrás disse desconhecer as retaliações que vêm sendo aplicadas contra os trabalhadores, como mudanças de férias, transferências e alterações de regimes de trabalho. Segundo a empresa, "eventualmente, tais medidas

são adotadas por exclusiva necessidade de trabalho".

No acordo assinado com a FUP e o MPT, a Petrobrás se comprometeu a liberar o acesso dos trabalhadores e dirigentes sindicais que tiveram seus crachás bloqueados durante a

greve e cumprir a programação das férias acertada antes do movimento. Em relação a eventuais punições, a empresa reafirmou o compromisso assumido na mesa de negociação e afirmou que não adotará "qualquer ato punitivo ou retaliatório, sem antes observar os regulamentos da empresa sobre procedimentos punitivos, assegurada a ampla defesa e a participação da entidade sindical representativa dos trabalhadores".

A FUP, portanto, continuará denunciando ao MPT as práticas antissindcais da Petrobrás e atuando para que nenhum petroleiro seja punido por ter exercido o legítimo direito de greve.

**PrimeiraMão**

**Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEÍROS**  
[www.fup.org.br](http://www.fup.org.br)

**Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - ☎ (21)3852-5002** [imprensa@fup.org.br](mailto:imprensa@fup.org.br)

Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763 - Texto: Alessandra Murteira Projeto gráfico e diagramação:

Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição: Caetano, Chicão, Castellano, Chico Zé, Dary, Divanilton, Enéias, Leonardo Urpia, Leopoldino, Moraes, Silva, Silvaney, Simão, Ubiraney, Zé Maria.

● "Dilma fica, Cunha e Levy caem"!

# Recado das ruas é contra o golpe e por mudanças

Três dias após o fiasco dos protestos que os golpistas realizaram no dia 13 de dezembro, os movimentos populares, entidades sindicais, organizações estudantis e da juventude tomaram as ruas do país, em uma grande mobilização nacional em defesa da democracia. Segundo levantamento dos organizadores, mais de 200 mil pessoas participaram das manifestações que lotaram praças e ruas das principais cidades do país na última quarta-feira (16).

Os petroleiros estavam presentes, repudiando o golpe e cobrando mudanças na política econômica do governo e a prisão de Eduardo Cunha. Com faixas, cartazes e palavras de ordens, gerações diversas de brasileiros gritavam em uma única voz: "Dilma fica, Cunha cai" e "Fora Levy". Em São Paulo, foram 100 mil pessoas. Em Brasília e Belo Horizonte, mais de 20 mil. Em Recife, 30 mil.

A direção da FUP, que reuniu-se em Curitiba para avaliar os próximos passos da luta em defesa da Petrobrás e do Pré-Sal, em conjunto com os movimentos sociais, tomou o centro da capital paranaense com seus jalecos de petroleiros, junto com os químicos, professores, trabalhadores do campo, metalúrgicos,



FOTO: Paulo Pinto

estudantes, em uma grande festa em defesa da democracia.

## E Levy caiu

O povo organizado mostrou nas ruas a sua força e conquistou vitórias importantes, como a saída do ministro Joaquim Levy e a decisão do STF, que derrubou as manobras golpistas de Eduardo Cunha para fazer tramitar de forma inconstitucional o impeachment da presidente Dilma. As ruas deram o recado e o povo continuará cobrando mudanças na política econômica, com retomada dos investimentos, geração de renda e empregos. Que a saída de Levy aponte nesta direção.

## Por mais democracia e direitos

No dia seguinte às manifestações em defesa da democracia, os movimentos sociais, artistas e intelectuais entregaram à presidente Dilma Rousseff um manifesto em defesa da democracia e da legalidade, contra o impeachment e o afastamento do presidente da Câmara, Eduardo Cunha. As lideranças sociais cobraram mudanças na política econômica e manutenção das conquistas do povo brasileiro.

O cineasta Luiz Carlos Barreto, um dos 800 nomes que endossam o manifesto, rechaçou o impeachment: "Nós que

vivemos direto ou indiretamente sob o regime da ditadura militar, que sofremos censura, restrições e várias formas de opressão para restabelecer o Estado de Direito, não aceitaremos qualquer retrocesso nas conquistas históricas". O economista Marcio Pochmann, que também assina o manifesto, ressaltou que "as famílias, as empresas e o governo não podem continuar submetidos à lógica do mercado financeiro, do mercado especulativo". Ele cobrou um planejamento de médio e longo prazo que tenha por base a inclusão social e o crescimento econômico sustentável.

FOTO: Tomas Silva/Ag Brasil



## PGR pede ao STF que afaste Cunha

Os movimentos sociais comemoram durante as manifestações do dia 16 a ação do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que pediu ao STF o afastamento de Eduardo Cunha, tanto do mandato de deputado federal, quanto da presidência da Câmara. No parecer de 183 páginas, Janot lista "vários crimes de natureza grave" cometidos por Cunha, como o uso do cargo em benefício próprio, integração de organização criminosa, obstrução das investigações. Apesar a importância do tema, o STF só irá se posicionar sobre o afastamento de Cunha a partir de fevereiro, após o recesso do Judiciário.